

O TRABALHO ABSTRACTO COMO APRIORISMO TÁCITO NA GÉNESE DA SOCIOLOGIA DITA 'URBANA'

A 'cidade' como bode expiatório da sociedade do trabalho

Bruno Lamas

Como é sabido, no final do século XIX começou a emergir um questionamento teórico da natureza da integração social nas grandes metrópoles que começavam então a surgir. O problema da integração social orientou assim formalmente a emergência da sociologia urbana e grande parte do seu desenvolvimento posterior como novo campo teórico do estudo das grandes cidades, entendidas como 'laboratório' (Park, 1915: 612) de estudo das sociedades modernas. Foi esta postura da investigação sociológica urbana por grande parte do século XX que levou Giddens a afirmar que a "sociologia urbana não é meramente um ramo da sociologia entre outros", sendo antes um corpo da teoria social moderna generativo de múltiplos objectos de investigação da sociedade capitalista.

Seria de esperar que esta nova problemática dos finais do século XIX e princípios do século XX levasse a um questionar decisivo e crítico do trabalho como princípio social de organização dominante da sociedade moderna; no entanto, isso não aconteceu, visto que também nessas abordagens sociológicas que então emergiam o 'trabalho' era já um pressuposto ontológico inquestionável. Do nosso ponto de vista, a confusão teórica mais marcante deste apriorismo tácito nos primeiros avanços da sociologia urbana foi que a grande cidade *per se* seria, de alguma forma, a grande responsável pela ruptura dos laços sociais tradicionais, da anomia e do isolamento social do meio urbano. Foi pelo menos esta a conclusão que Wirth (1938/1997) retirou do desenvolvimento que deu às argumentações de Tonnies e Simmel. Embora estes autores não tenham de modo algum afirmado inequivocamente essa relação causal, e apesar de diversos estudos empíricos da segunda metade do século XX terem já mostrado, através da análise das redes sociais, que a tese de Wirth se encontrava erradamente fundamentada (cf. Fischer, 1973), os seus temas continuam ainda hoje a estar presentes de forma implícita em algumas ideologias anti-urbanas. Esta situação dá-nos motivos para uma reflexão sobre o desenvolvimento histórico do que veio ser reconhecido como sociologia urbana e do modo como o trabalho abstracto surge aí pressuposto (ou mesmo defendido) como forma de relacionamento social. Neste contexto, e tendo

em consideração que sociologia urbana é um campo extensíssimo que não pode ser resumido aqui, abordaremos determinadas ideias de alguns autores e textos que julgamos particularmente relevantes para o seu desenvolvimento subsequente e aos quais os académicos recorrem ininterruptamente: os ensaios clássicos de Tonnies e Simmel e o desenvolvimento que lhes deu a Escola de Chicago através dos escritos de Park e Wirth. Aqui referiremos também como as diferenças teóricas entre Tonnies e Simmel, por um lado, e a Escola de Chicago e Wirth, por outro, reflectem inadvertidamente as respectivas situações históricas, geográficas e culturais, inseridas no campo mais vasto do desenvolvimento e expansão da sociedade do trabalho.

1. Tonnies, Simmel e o capitalismo como mera economia monetária

Dos grandes países da Europa Ocidental, a Alemanha foi o que mais tarde entrou na corrida da modernização capitalista e desenvolveu os correspondentes fenómenos de urbanização; esta entrada tardia implicou uma mudança social significativamente mais rápida do que nos restantes países e que ajuda a perceber um pouco os primeiros temas e posições da formação da sociologia urbana. Em 1887, com o seu 'Comunidade e Sociedade', Tonnies realiza uma distinção tipológica que se tornará uma das polaridades sociológicas mais recorrentes da teoria social posterior (cf. Tonkiss, 2005). A 'comunidade' (*Gemeinschaft*) é aqui uma forma de organização social idealizada que "parte da unidade perfeita das vontades humanas como seu estado original ou natural" (Tonnies, ap. Cruz, 1988: 513), onde os laços sociais baseiam-se na familiaridade e conhecimento mútuo; a 'sociedade' (ou associação) (*Gesellschaft*) é a forma social que acompanha historicamente o desenvolvimento industrial, e deve ser entendida como uma quantidade de vontades e esferas individuais guiadas pelo interesse, interdependentes mas indiferentes umas às outras. Tonnies defende de uma forma crítica que o avanço das relações sociais instrumentais que caracterizam a sociedade é destrutivo para os laços sociais de intimidade e confiança da comunidade. Embora seja usualmente entendido que Tonnies traduziu a sua dicotomia 'comunidade' vs 'sociedade' na oposição 'aldeia' (ou campo) vs 'cidade' (ou metrópole) tal parece-nos ser uma tradução incorrecta — tal como Savage e Warde mostraram (1993/2002: 116) —, e deve-se ao domínio da interpretação a-histórica de Wirth (1938/1997) na sociologia urbana posterior. Devemos assim chamar a atenção que a investigação de Tonnies não é uma *comparação sincrónica*

entre dois objectos geográficos — aldeia e cidade, espaço rural e espaço urbano — mas uma *análise (pessimista) dum transição histórica das formas de integração social*; esta mudança social, por sua vez, expressa-se de múltiplas maneiras, inclusivamente em termos geográficos com a urbanização crescente das grandes cidades. É devido às transformações na forma dominante de integração social que a ‘cidade’ possui interesse teórico para Tonnies; neste sentido, a urbanização não é vista como uma *causa* mas como uma *expressão* da mudança histórica: “a grande cidade é pura e simplesmente o tipo da sociedade” (Tonnies, ap. Ansay e Schoonbrodt, 1989: 442).

Independentemente das críticas que se possam fazer ao idealismo nostálgico do seu conceito de ‘comunidade’, a dimensão crítica da análise de Tonnies parece defender, de acordo com Mellor (1984: 293), que a extensão da sociedade capitalista “significa a desintegração das culturas pré-existentes com a incorporação das pessoas comuns no mercado do mundo do trabalho”, e que é nas grandes metrópoles que esta diferença específica melhor se evidencia. E embora Tonnies não se aproxime dum conceito de trabalho abstracto como forma de mediação e integração social dominante na sociedade moderna, em determinados momentos parece-nos descrever de forma acutilante os mesmos fenómenos sociais negativos identificados por Marx como característicos da irracionalidade da sociedade capitalista produtora de mercadorias:

A teoria da sociedade constrói um círculo de pessoas que, tal como na comunidade, vivem pacificamente lado a lado, estando, no entanto, separados na essência. Enquanto que em comunidade permanecem unidas apesar de todas as separações, em sociedade estão separadas apesar de tudo o que as une (Tonnies, ap. Cruz, 1988: 515).

Tonnies identifica de modo pessimista a sociedade capitalista como a sociedade *tout court*, como a única forma de associação humana possível. Assim escapa-lhe também a especificidade do capitalismo enquanto sociedade do trabalho, enquanto sociedade produtora de mercadorias; Tonnies parece assim julgar que o isolamento social e o paralelo e rápido avanço da urbanização se devem exclusivamente ao desenvolvimento dum economia baseada nas trocas monetárias, na troca de mercadorias por dinheiro, uma posição que será desenvolvida pouco tempo depois por Simmel.

Devemos dizer desde logo que Simmel trata o problema do valor exclusivamente na dimensão da troca de mercadorias, e é com base nesse pressuposto que desenvolveu a sua obra ‘A Filosofia do Dinheiro’ (Simmel, 1900). Do ponto de vista de Simmel

“não existe nenhuma base para dar ao trabalho uma posição especial contrastada com todas as outras condições do valor. A diferença entre estas é apenas quantitativa. O trabalho é o objecto de troca mais frequente (...) Assim, no fim de tudo, podemos dizer que, considerado do ponto de vista do valor, toda e qualquer transacção económica é uma troca” (Simmel, 1900: 584).

Poderíamos fazer diversas críticas a esta ontologia da troca de Simmel; importa aqui referir apenas duas questões. Em primeiro lugar, Simmel não tem em consideração que, numa sociedade capitalista, para duas mercadorias aparecerem no mercado e serem trocadas necessitam de ter *previamente* algo em comum e variável apenas em termos quantitativos (que é no fundo onde assenta todo o regateio!), a tal ‘substância social comum’ de Marx, ou seja, o trabalho abstracto, e cuja magnitude é dada pelo tempo de trabalho socialmente necessário *determinado na própria produção*.¹ Em segundo lugar, e desenvolvendo o ponto anterior, *Simmel deixa completamente por reflectir em que medida o ‘trabalho’ se constitui como um ‘objecto de troca’, porque motivo ele é o mais frequente e se tal é válido para todas as sociedades*; o autor limita-se a pressupor que o trabalho possui naturalmente um valor em virtude de ser um ‘sacrifício’ (Simmel, id., ibid.), o que o torna próximo de Adam Smith; desta forma, o que é trocado é o sacrifício individual de um trabalho concreto e não a capacidade de trabalho em geral, o trabalho abstracto. Simmel antropologiza assim o ‘trabalho’ como forma de relação social e pode daí em diante concentrar-se exclusivamente nos fenómenos derivados da troca monetária. Do nosso ponto de vista, estes pressupostos de Simmel reflectem-se claramente no seu ensaio clássico posterior ‘A Metrópole e a Vida do Espírito’ (1903/1997).

Existem cinco temas principais submetidos a discussão neste ensaio de Simmel e que podem ser resumidos da seguinte forma: (i) o estímulo fisiológico do ambiente urbano que, de acordo com Simmel, força o ajustamento da personalidade do ‘sujeito metropolitano’, nomeadamente uma “capacidade protectora contra a profunda perturbação em que o ameaçam as flutuações e descontinuidades do ambiente externo” (Simmel, 1903/1997: 32), aquilo a que chamou a ‘atitude *blasé*’; (ii) a ‘economia monetária’, que existe em estreita relação com a qualidade intelectualista reforçada pela estimulação do espaço urbano, e que resulta num espírito moderno calculista, convertendo toda a vida social em números; (iii) a obsessão do habitante metropolitano pela quantificação

¹ Assentar todo o valor no plano da troca significa que se uma empresa capitalista acumular mercadorias em armazém elas não *representam* qualquer valor, o que é claramente falso, visto que na sua produção objectivou-se trabalho humano abstracto; nestas condições, no entanto, as mercadorias não *realizam* o seu valor, ou seja, o capitalista não retira nenhum lucro da objectivação de trabalho abstracto, que é um fenómeno diferente.

temporal e a pontualidade; (iv) a elevada especialização da divisão do trabalho oferecida pelo meio urbano, que estimula a individualização e a diferenciação social; (v) o aumento da 'cultura objectiva' da metrópole, resultante do acumular geracional dos diversos saberes técnicos e sociais, e uma simultânea regressão da 'cultura subjectiva' visível numa 'degeneração da personalidade', discrepância que "é essencialmente o resultado do sucesso da intensificação da divisão do trabalho" (Simmel, id.: 41) na vida urbana.

A leitura dominante deste ensaio de Simmel diz-nos que o autor atribui à cidade em geral e à sua dimensão o papel determinante da cultura (ex.: Mellor, 1984), utilizando uma espécie de determinismo espacial; outras interpretações mais recentes, como a de Savage e Warde (1993/2002), mostram que Simmel não procurou estabelecer quaisquer ligações causais entre as cidades consideradas *per se* e os traços culturais, mas antes elucidar o papel da cidade como centro da 'economia monetária'. Do nosso ponto de vista, podem-se aceitar ambas as posições porque só em conjunto fazem justiça às ambiguidades da teoria da urbanidade de Simmel como mostra Jazbinsek (2003), resultantes sobretudo de estudar as condições da metrópole simultaneamente como "causas e efeitos" da economia monetária (Simmel, 1903/1997: 34), mas sem um conceito claro de causalidade e de mediação entre sujeito e objecto.

Deve-se dizer que, em Simmel, a metrópole aparece logo como dada, pura e simplesmente existente; o autor não se debruça sobre as condições materiais e simbólicas que dão historicamente origem às grandes cidades nem sobre a relação demográfica destas com outras cidades mais pequenas; este tema obrigaria certamente a algumas reflexões sobre a produção capitalista que Simmel não poderia enquadrar na sua ontologia da troca. A metrópole é assim uma pré-existência cuja formação histórica Simmel exclui da sua reflexão, para poder concentrar-se na capacidade que a vida urbana possui de alimentar a interacção entre a atitude psico-intelectualista e a economia monetária.² É esta a tese geral de Simmel; neste contexto o autor realça mais assiduamente o papel determinante da economia do dinheiro na vida urbana do que a metrópole em si, enquanto forma espacial. Aqui, para Simmel, a metrópole é sobretudo um terreno particular, um objecto empírico sociologicamente sintético da cultura moderna; as metrópoles são uma das principais condições de possibilidade do desenvolvimento cultural da economia do dinheiro, mas não a sua causa.

² "Além disto, esta atitude psico-intelectualista e a economia monetária encontram-se de tal maneira interligadas que é impossível garantir se foi a primeira que deu origem à segunda ou vice-versa. A única certeza que temos é de que a forma de vida na metrópole é o terreno que melhor alimenta esta interacção" (Simmel, 1903/1997: 33).

No entanto, para elucidar essa capacidade particular da metrópole em possibilitar a expansão da cultura monetária, Simmel reduz a sua análise aos aspectos *quantitativos* da vida urbana moderna e não desenvolve uma reflexão sobre o seu próprio significado subjectivo e seus aspectos *qualitativamente* distintos das grandes cidades historicamente anteriores. Simmel sempre expressou um interesse particular pela sociologia dos números e pelo modo como as propriedades formais das quantidades afectam os padrões de interacção social³; isto reflecte-se nas suas obras iniciais e, num grau mais elevado, na sua investigação sobre a ‘filosofia do dinheiro’: é que Simmel não critica ou questiona a origem ou a existência do dinheiro enquanto tal, mas apenas a sua presença cultural supostamente ‘exagerada’ na vida urbana moderna. Quando este método formalista é transposto sem mediação para a investigação empírica do meio urbano, é necessário preencher o vazio dos aspectos qualitativos com pressupostos objectivistas que se reflectem por diversas vezes no ensaio de Simmel. O autor diz-nos:

Quando nos interrogamos acerca do significado mais profundo dos aspectos especificamente modernos da vida contemporânea (...) a resposta impõe uma análise da relação que esta estrutura social induz entre os aspectos individuais da vida e aqueles que transcendem a existência dos sujeitos individuais. Requer a análise dos ajustamentos da personalidade aos factores que lhe são externos (Simmel, 1903/1997: 31).

Num primeiro momento pretende-se investigar a interacção entre os aspectos subjectivos e objectivos; mas logo de seguida já apenas interessa a adaptação passiva do sujeito ao objecto, como se todos os factores externos — como a economia monetária, por exemplo — fossem inteiramente naturais e independentes da subjectividade humana.⁴ Noutra ocasião, Simmel diz-nos que na sociedade moderna o indivíduo

[t]orna-se um mero elemento da engrenagem dominado pela implacável organização material e por *forças* (!) que, gradualmente, o privam de tudo o que tenha a ver com progresso, espiritualidade e virtude. Estes elementos, de natureza subjectiva, *são transformados em pura existência objectiva pelo funcionamento daquelas forças* (Simmel, 1903/1997: 41, itálico nosso).

³ Ver por exemplo a sua reflexão sobre a ‘Influência do número das unidades sociais sobre as características das sociedades’ (in Cruz, 1988: 551-8).

⁴ A aplicação deste método ao estudo da cidade é claramente insuficiente; apesar da óbvia ‘inércia’ da estrutura urbana, esta não é um objecto simplesmente dado mas uma objectivação da subjectividade humana nos limites da sua possibilidade material.

Mas quais 'forças'? E como transformam estas forças os estados subjectivos em necessidades objectivas do sistema? Simmel poderia ter desenvolvido aqui uma crítica do carácter reificante do sistema capitalista mas deixa completamente em suspenso esta problemática; isto é significativo visto que as 'forças' têm que possuir necessariamente uma substância; elas são uma quantidade de algum conteúdo. As 'forças' parecem assim surgir como meros factos da natureza e não como meios e resultados da acção humana.

É nesta sociedade 'naturalizada' por Simmel que os factores *fisiológicos* e *espaciais* aparecem como determinantes das experiências individuais das grandes cidades, escamoteando na maior parte do seu ensaio a relevância do significado subjectivo dessas mesmas experiências. De acordo com o autor, o indivíduo moderno retrai-se socialmente e possui uma 'indiferença implacável' (Simmel, 1903/1997: 32) aos que o rodeiam não por causa da forma de sociabilidade baseada no trabalho, específica do capitalismo, mas simplesmente porque há demasiados estímulos nervosos no ambiente confuso da metrópole⁵; não por acaso, este argumento é desenvolvido a propósito da presença das mercadorias no meio urbano:

Na metrópole, a concentração de mercadorias, que estimula o indivíduo até ao mais alto nível de energia sensorial, é levada, de certa maneira, ao seu expoente máximo. Através do seu simples aumento em quantidade, esta concentração transfigura-se no seu oposto: neste fenómeno adaptativo peculiar, a atitude *blasé*, em que o sistema nervoso põe à prova a sua derradeira possibilidade de adaptação ao conteúdo e à forma da vida metropolitana, recusando-se a responder-lhe. Constatamos que a preservação de certos tipos de personalidade é conseguida à custa da desvalorização do mundo dos objectos, que acaba por obrigar a personalidade a mergulhar, irremediavelmente, na sua própria desvalorização (Simmel, id.: 35-6).

Em Simmel, então, o argumento desenvolve-se da seguinte maneira: a mercadoria é um simples objecto, sensível, banal e prosaico com qualquer outro; o acumular da sua exposição no ambiente urbano força o sujeito metropolitano a reprimir a sua percepção e a desvalorizar todos os objectos à sua volta, desvalorizando-se a si mesmo com isso. Aqui temos a inversão total da explicação de Marx, para quem a mercadoria é, desde logo, "uma coisa muito retorcida, cheia de subtileza metafísica e de extravagâncias teológicas" (Marx, 1867/1990: 86); o seu 'carácter místico' e 'enigmático'

⁵ Esta posição veio a ser generalizada no século XX nos estudos de comportamento espacial com o tema do *stimulus overload*; mas, como alguns investigadores das proximidades posteriormente mostraram, é aquilo que o estímulo cognitivo representa para os sujeitos, e não a própria recepção dos estímulos, que determina a sua resposta (cf. Baldassare, 1978: 41).

consiste simplesmente no facto de ela reflectir para os homens os caracteres sociais do seu próprio trabalho como caracteres objectivos dos próprios produtos de trabalho, como qualidades naturais sociais dessas coisas, e por isso também a relação social dos produtores para com o trabalho total como uma relação social entre objectos existentes fora deles. Através deste quiproquó os produtos de trabalho tornam-se mercadorias, *coisas sensivelmente sobre-sensíveis ou sociais*. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico aparece não como um estímulo subjectivo do próprio nervo óptico, mas como forma objectiva de uma coisa fora do olho. Mas, no acto de ver, é realmente lançada luz de uma coisa, o objecto exterior, sobre outra coisa, o olho. É relação física entre coisas físicas. Pelo contrário, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho em que ela se expõe não têm absolutamente nada a ver com a sua natureza física e com as ligações próprias de coisas que daí brotam. *É apenas a relação social determinada entre os próprios homens que toma aqui para eles a forma fantasmagórica de uma relação de coisas* (Marx, 1867/1990: 88, itálico nosso).

Para Marx, portanto, *a mercadoria é a objectivação material de uma relação social específica e que tem um significado subjectivo também específico; faz-se por isso notar que Marx diz 'para eles' e não 'em si'*. Desta forma, os indivíduos não se isolam porque vêem simplesmente demasiadas mercadorias no espaço urbano, como argumenta Simmel; eles já estão isolados na própria produção das mercadorias. Os sujeitos não desvalorizam o mundo dos objectos; os objectos é que parecem não existir para os sujeitos se não representarem a objectivação de valor, ou seja, a acumulação de trabalho abstracto. É este o significado social (irracional) da mercadoria que Simmel escamoteia para poder desenvolver os aspectos meramente quantitativos e fisiológicos da vida urbana. Mas o próprio autor nos dá motivos para desconfiar deste seu argumento central quando desenvolve o conceito de *blasé*. Segundo ele:

A essência da atitude blasé encontra-se na indiferença perante as distinções entre as coisas. Não no sentido de que as coisas não são percebidas (...), mas antes no sentido de que não são percebidas como significantes (...) Esta disposição psíquica é o puro reflexo subjectivo da completa monetarização da economia, na justa medida em que o dinheiro toma o lugar de toda a diversidade das coisas e sujeita todas as diferenças qualitativas ao critério do 'quanto custa'. Na medida em que o dinheiro, incolor e insensível à qualidade, se torna o denominador comum a todos os valores, ele transforma-se num terrível nivelador (Simmel, 1903/1997: 35)

Aqui Simmel está mais próximo de Marx: em primeiro lugar, o determinismo espacial da metrópole já não é significativo para a atitude *blasé*, realçando-se antes as consequências subjectivas da generalização da economia monetária; em segundo lugar, os objectos são realmente percebidos, e, portanto, estimulam sensorialmente o indivíduo, independentemente da sua quantidade, mas é este que

não lhes reconhece nenhuma qualidade sensíveis e particulares e se concentra apenas no aspecto quantitativo da sua equivalência em dinheiro. Simmel, no entanto, parece julgar que o dinheiro é de facto o denominador comum de todos os valores, enquanto Marx mostrou como a 'substância social comum' às mercadorias, o seu valor, é o trabalho abstracto, sendo o dinheiro apenas a sua forma de expressão necessária.⁶

Com esta conceptualização reduzida do capitalismo, entendido apenas como economia monetária, Simmel é obrigado a recorrer mais uma vez a um certo determinismo espacial quando se debruça sobre a temporalidade específica da metrópole moderna, fenómeno social que ele realça de um modo quase pioneiro⁷ mas que não pode ser claramente deduzido a partir da sua ontologia da troca. De acordo com o autor:

A pontualidade, a calculabilidade e a exactidão impostas pela complexidade e pela extensividade da vida metropolitana, além de estarem muito intimamente associadas ao carácter racional e capitalista, dão cor ao conteúdo da vida e conduzem à exclusão dos traços e impulsos humanos (...) Estes mesmos factores, que sujeitaram a forma de vida à exactidão e precisão do minuto, fizeram-na convergir numa estrutura da mais acentuada impessoalidade, ao mesmo tempo que a fizeram inflectir numa direcção marcadamente pessoal (Simmel, id.: 34-5).

Simmel não é aqui muito claro: por um lado, afirma que a obsessão moderna pelo tempo abstracto é imposta pela complexidade e dimensão da metrópole; por outro, também nos diz que, 'além' disso, esta disposição está muito intimamente ligada ao 'carácter racional e capitalista', deixando de fora da reflexão que *não era a troca mercantil mas a produção de mercadorias que tinha já séculos de regulação e disciplina temporal pautada pela pontualidade, calculabilidade e exactidão ao minuto.*

O que sobressai do seu argumento é que a 'tirania do tempo' da sociedade capitalista de que nos fala Gurevitch é sobretudo o resultado do carácter denso da vida urbana e do tamanho das cidades, que, como já vimos anteriormente, não é

⁶ Privilegiar a circulação e o dinheiro no diagnóstico da vida urbana moderna não é específico de Simmel; de facto esta postura também está presente na geografia do marxismo tradicional, nomeadamente em David Harvey (1985).

⁷ Quando nos diz por exemplo que: "Se todos os relógios de Berlim aviassem de repente, de diferentes modos, mesmo que só por uma hora, toda a sua vida económica e comercial seria perturbada de forma duradoura (...) Por esta razão, em geral, a técnica da vida metropolitana não se pode conceber sem que todas as suas actividades e relações recíprocas estejam organizadas e coordenadas da forma mais pontual num calendário determinado que transcende todos os elementos subjectivos" (Simmel, id.: 34).

uma explicação satisfatória. Esta tese de Simmel será de certa forma retomada empiricamente por alguns estudos da década de 1970 que tentavam mostrar como a velocidade dos pedestres aumentava em função do crescimento urbano das cidades (cf. Baldassare, 1978: 42). Ora, embora esta investigação possua alguma validade, ainda deixa por reflectir as condições históricas dessa mesma validade. Do nosso ponto de vista, não é razoável a afirmação de uma correlação entre o ritmo da vida social urbana e o crescimento das cidades *per se*; é ainda necessário que o tempo possua um significado social historicamente específico para dar coerência ao argumento, nomeadamente instituir-se como uma forma de temporalidade abrangente, exigente e abstracta que caracteriza a sociedade capitalista. Mas conceptualizações como esta que referimos não se desenvolveram 'naturalmente' das teses de Simmel; elas só se tornaram possíveis após a generalização dos métodos e conclusões dos estudos da Escola de Chicago.

2. A Escola de Chicago e a biologização da vida social urbana na sociedade do trabalho

Tanto Tonnies como Simmel estavam fundamentalmente preocupados com as grandes mudanças históricas e sociais que acompanhavam a modernização capitalista de um modo geral e particularmente aquelas que rapidamente transformavam a Alemanha. Quando Robert E. Park, um dos alunos de Simmel em Berlim, regressa aos Estados Unidos para vir aí a fundar o que ficou conhecido como a 'Escola de Chicago', uma das primeiras instituições de sociologia urbana moderna, os temas da mudança histórica e social começaram a desaparecer como objecto de investigação paralelo dos estudos urbanos para dar lugar ao estudo da 'ordem social' — um problema porventura mais pertinente numa sociedade que, como Marx afirmou, desde o seu início se organizava em torno do trabalho abstracto.

Isto não significa que os Estados Unidos não atravessassem profundas mudanças durante a viragem do século; basta lembrar por exemplo que a própria cidade onde se baseava a 'Escola' de Park, Chicago, cresceu vertiginosamente antes da 'Escola' se fundar e ao mesmo tempo que esta desenvolveu as suas investigações: em 1880 a população era de 550 mil pessoas; era 1,1 milhão em 1900, 1,6 milhões em 1910, 2,7 milhões em 1920 e 3,3 milhões em 1930 (cf. Mellor, 1984). Seria de esperar que estas circunstâncias demográficas e seus resultados sociais e urbanísticos levassem a uma preocupação da Escola de Chicago com a transformação histórica e social, e nesta medida também com o capitalismo;

mas quando quase todas as mudanças sociais são consideradas meros efeitos de causas naturais, como é o caso da Escola de Chicago, então os problemas da ordem e adaptação ganham predominância. Com isso o trabalho abstracto também foi naturalizado ou mesmo defendido.⁸

Percebe-se deste modo o significado e a importância que Park atribui aos fenómenos relacionados com o trabalho na fundamentação do seu ensaio clássico sobre a investigação do comportamento humano no ambiente da cidade (Park, 1915): desde as vocações, aos sindicatos, a corporações, classes profissionais, etc.; e aqui Park difere mais uma vez de Simmel. Neste texto, o método mais significativo é certamente a síntese que Park realiza entre o paradigma da ‘solidariedade orgânica’ de Durkheim, os princípios biologists de Darwin e Spencer e a moral do mercado de Adam Smith; o resultado é um flagrante elogio da grande cidade como espaço de concentração de trabalho abstracto. Enquanto Simmel prestava pouca atenção ao significado do trabalho na vida urbana moderna (que nos seus trabalhos surge conotado negativamente enquanto sacrifício e sofrimento), Park assume o trabalho abstracto como um factor fundamental na organização da vida social das cidades modernas; o mais paradoxal é que o autor o faz de forma totalmente apologética.

O velho adágio que descreve a cidade como o ambiente natural do homem livre ainda é válido desde que o homem individual descubra nos acasos, na diversidade de interesses e tarefas, e na cooperação inconsciente da vida urbana, a oportunidade para escolher a sua própria vocação e desenvolver os seus talentos individuais peculiares. A cidade oferece um mercado para os talentos especiais dos homens individuais. A competição pessoal tende a seleccionar para cada tarefa especial o indivíduo que melhor a desempenha (Park, 1915: 585).

O seu argumento tem três problemas sérios: desde logo Park assume a cidade como um ‘ambiente natural’, o que facilitará as suas analogias com a

⁸ São indiscutíveis os avanços teóricos da Escola de Chicago na esfera dos estudos espaciais e urbanos, o que explica a actualidade de muitas das suas temáticas (cf. Abbott, 1997; cf. Tonkiss, 2005), apesar das diversas críticas que ao longo do século XX lhe foram dirigidas (Baldassare, 1978; Castells, 1972/2000; Dewey, 1960; Fischer, 1975a; Fischer, 1975b). Devemos no entanto ter atenção que a amplitude dos assuntos estudados pela Escola de Chicago, as diversas *nuances* teóricas dos seus investigadores e as várias fases históricas que atravessou (com destaque para o intervalo 1914-1940), resultaram num conjunto de posições teóricas muito diversificado e de qualidade bastante desigual, que vão desde extensas monografias meramente descritivas de estudos de comunidade até enunciados teóricos de ecologia humana, passando por trabalhos próximos da antropologia. Nesta nossa breve reflexão não podemos obviamente fazer justiça a toda esta complexidade; importa apenas comentar o seguimento que os textos mais paradigmáticos da investigação urbana da Escola de Chicago — os de Park (1915) e Wirth (1938/1997) — deram aos temas de Tonnies e Simmel e o papel social que atribuíam ao ‘trabalho abstracto’.

biologia e a equiparação da 'luta pela vida' à competição no mercado de trabalho (onde se nota a influência de Durkheim); em segundo lugar, não questiona de modo algum a inconsciência da sociabilidade humana na sociedade capitalista nem expressa nenhum interesse emancipatório nesse contexto; em terceiro lugar, Park defende de um modo absurdo que a realização da individualidade humana em geral se faz através da 'competição individual' pela venda bem sucedida de trabalho no mercado urbano.⁹ Park tem mesmo como hipóteses que cada profissão corresponde a um determinado tipo de personalidade humana, grau de inteligência, e pode mesmo ser hereditária (cf. Park, 1915: 586-7). O autor recorre igualmente ao conceito weberiano de 'vocação' para ilustrar de forma simpatizante como a toda a vida urbana moderna assenta no 'espírito do trabalho' (Weber): "na cidade, todas as vocações, até a de pedinte, tendem a assumir o carácter de profissão, e a disciplina que o sucesso impõe a cada vocação, junto com as associações que reforça, enfatiza esta tendência" (Park, 1915: 586).

Mais de duas décadas depois de Park ter redigido as suas sugestões para investigação do comportamento humano na cidade, Louis Wirth (1938/1997), seguindo as teses mais objectivistas de Simmel, redige o ensaio porventura mais conhecido da Escola de Chicago: 'O Urbanismo como Modo de Vida'.¹⁰ Sendo certo que Wirth estabeleceu aqui de forma sistemática e sem quaisquer ambiguidades alguns dos princípios-base da sociologia urbana de inspiração ecológica (o que também o expôs bastante aos ataques teóricos da sociologia urbana posterior), também é verdade que a sua argumentação central de que o isolamento social que supostamente caracteriza a vida urbana se deve inteiramente ao facto de todas as cidades serem grandes, densas e heterogéneas, escamoteia de um modo flagrante o contexto histórico e cultural da própria investigação; designadamente o facto das cidades americanas, porventura mais do que quaisquer outras naquela época, se estruturarem violentamente e de forma clara pelo trabalho abstracto.

⁹ Park acreditava que a 'competição' era a forma elementar, universal e fundamental da interacção social (cf. Mellor, 1984: 332). Portanto, generalizou historicamente aquilo que é um dos traços sócio-culturais mais marcantes do espírito de trabalho da sociedade capitalista.

¹⁰ Devemos no entanto dizer que este famoso texto de Wirth não é, como muitas vezes suposto, o culminar do desenvolvimento teórico da Escola de Chicago; na realidade, o seu objectivo de realizar uma "reflexão teórica global" (Wirth, 1938/1997) de apoio à investigação urbana, os seus pressupostos teóricos e a autonomização da urbanização como causa determinante são absolutamente estranhos ao contextualismo quase-antropológico que caracteriza grande parte dos estudos urbanos e de comunidade da Escola de Chicago (cf. Abbott, 1997). Do nosso ponto de vista, o texto de Wirth deve ser antes visto como o esboço fundacional do paradigma da geração do pós-guerra da Escola de Chicago, onde as abordagens antropológicas dão lugar à ecologia factorial positivista.

Embora Wirth diga que “é particularmente importante chamar a atenção para o risco de se confundir urbanismo com industrialismo e capitalismo moderno” (Wirth, 1938/1997: 50), é ele próprio que os confunde sistematicamente; nomeadamente ao descrever a realidade urbana do capitalismo partindo de um determinismo espacial biologicamente informado. Segundo Wirth, “o facto de os indivíduos viverem e trabalharem em contacto estreito, sem que existam laços emocionais e sentimentais entre si, promove o espírito de competição, sobrançeria e exploração mútua” (Wirth, 1938/1997: 55). Portanto, do ponto de vista de Wirth, não é o capitalismo como modo de produção baseado no trabalho abstracto que isola os seres humanos, estimula a competição irracional na aquisição de dinheiro ou instala formas de exploração simultaneamente institucionais e difusas, mas é o facto de os homens estarem simplesmente em contactos muitos estreitos no ambiente denso da cidade. E Wirth mantém esta argumentação apesar de nos dizer que “o habitante da cidade tem de comprar tudo aquilo que os serviços comunitários não proporcionam e não resta praticamente nenhuma necessidade humana que não tenha sido submetida à lógica mercantil” (Wirth, 1938/1997: 61). Sendo certo que tal não está longe da realidade, esta não é de todo uma condição inerente à existência da cidade *per se* mas antes o resultado histórico apresentado nas cidades do capitalismo fordista americano. Isto é ainda mais válido quando Wirth nos diz que a cidade “desencoraja o emprego por conta própria” (Wirth, id.: ibid.), e portanto, estimula o trabalho assalariado, ou seja, a venda individual da capacidade de trabalho.

Os pressupostos espacialistas e biologistas de Wirth obrigam-no a passar ao lado da especificidade histórica de todos os fenómenos urbanos modernos. Num dado momento diz-nos:

[Q]uanto maior for o número de indivíduos em interacção, maior será a sua diferenciação *potencial* (...) O que pode facilmente inferir-se daqui é que tais diferenças dão origem à segregação espacial dos indivíduos com base na cor, na origem étnica, no estatuto económico e social, nos gostos e preferências (Wirth, 1938/1997: 52, *itálico no original*).

Embora se possa concordar com a primeira afirmação, de modo algum a segregação espacial dos diversos fenómenos naturais e sociais apontados na segunda afirmação podem-se ‘facilmente inferir’ da concentração urbana. Sobretudo porque as divisões espaciais que Wirth refere *não se desenvolvem facilmente na própria realidade americana*, sendo antes acompanhadas por fenómenos intensos de violência, lutas urbanas e repressão policial.

Mas porventura o momento em que Wirth melhor identifica a cidade em geral, no sentido abrangente, com a cidade especificamente moderna capitalista é quando afirma que:

A composição da população urbana põe em evidência a acção de factores de selecção e de diferenciação. As cidades contêm uma proporção maior de pessoas no apogeu da vida do que as áreas rurais, onde predominam pessoas mais idosas ou muito jovens. Neste, como em muitos outros aspectos, quanto maior for a cidade, mais evidente se torna esta característica específica do urbanismo (Wirth, 1938/1997: 59).

Com esta tese, Wirth julga ter descoberto uma espécie de lei absoluta e eterna da experiência da vida urbana; mas, na realidade, Wirth descreve apenas com alguma pertinência e de forma biologista um dos fenómenos de exclusão estrutural específico do capitalismo, e que tende sistematicamente a tornar supérfluos ou acessórios todos os seres humanos que simplesmente não podem fazer parte da reprodução do capital, no caso os idosos e as crianças. Por isso podemos dizer com Dewey (1960: 63) que Wirth “definiu a vida na América urbana de 1938 e não o ‘urbanismo como modo de vida’ em geral”.

Apesar destes problemas, no entanto, o ensaio de Wirth foi um dos mais influentes do estudo das cidades até meados dos anos 1970. Existia, todavia, um outro paradigma da Escola de Chicago e que dizia respeito ao estudo ‘antropológico’ dos vínculos informais comunitários das sub-culturas urbanas que se constituem de uma forma quase típica em determinadas áreas das grandes cidades modernas (Savage e Warde, 1993/2002: 109-111). Restringindo-se a este contexto espacial, no entanto, ficou também por estudar a sua relação com a reprodução sistémica e em larga escala do capitalismo, o que impediu um avanço importante na investigação de como os indivíduos e as comunidades urbanas interclassistas se organizavam face ao desenvolvimento contraditório do capitalismo.

Desta nossa breve reflexão sobre o desenvolvimento inicial da sociologia urbana podemos afirmar que, de Tonnies a Wirth, destaca-se uma sistemática despreocupação pelas mudanças históricas nas formas de integração social e uma perda da autonomia dos fenómenos sócio-culturais; ao mesmo tempo, cresce como poder explicativo o determinismo ecológico-espacial e ganha relevância a ordem social e a adaptação. Embora com uma postura pessimista, Tonnies expressava de forma clara uma preocupação profundamente histórica e social. Simmel é, em certa medida, uma charneira teórica: nele, as comparações históricas sobre a economia monetária surgem de forma ambígua ao lado das explicações fisiológicas e espaciais. Foram estas últimas que, em última instância, a Escola de Chicago optou como referência para o desenvolvimento biologista das suas investigações mais

conhecidas. Entretanto, o trabalho abstracto consolidou-se e legitimou-se como um apriorismo tácito na sociologia urbana, cujos paradigmas dominantes passaram a ver na cidade e na urbanização em geral a origem de todos os males sociais da modernização da sociedade do trabalho.

Bibliografia

- Abbott, Andrew. 1997. "Of Time and Space: The Contemporary Relevance of the Chicago School." *Social Forces* 75: 1149-1182.
- Ansary, P. e R. Schoonbrodt (ed.). 1989. *Penser la Ville: Choix de Textes Philosophiques*. Paris: AAM Editions.
- Baldassare, M. 1978. "Human Spatial Behavior." *Annual Review of Sociology* 4: 29-56.
- Castells, Manuel. 1972/ 2000. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra
- Cruz, M. Braga da (ed.). 1988. *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos*. Lisboa: F. Calouste Gulbenkian.
- Dewey, Richard. 1960. "The Rural-Urban Continuum: Real but Relatively Unimportant." *The American Journal of Sociology* 66: 60-66.
- Fischer, C. 1975a. "The Study of Urban Community and Personality." *Annual Review of Sociology* 1: 67-89.
- Fischer, Claude S. 1973. "On Urban Alienations and Anomie: Powerlessness and Social Isolation." *American Sociological Review* 38: 311-326.
- Fischer, Claude S. 1975b. "Toward a Subcultural Theory of Urbanism." *The American Journal of Sociology* 80: 1319-1341.
- Harvey, David. 1985. "Money, Time, Space and the City." Pp.1-35 in *Consciousness and the urban experience: studies in the history and theory of capitalist urbanization*, editado por D. Harvey. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Jazbinsek, Dietmar. 2003. "The Metropolis and the Mental Life of Georg Simmel. On the History of an Antipathy." *Journal of Urban History* 30: 102-25.
- Marx, Karl. 1867/ 1990. *O Capital. Crítica da Economia Política*, Vol. 1, tomo 1. Lisboa: Edições "Avante!"
- Mellor, J.R. 1984. *Sociologia Urbana*. Porto: rés - editora
- Park, Robert E. 1915. "The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment." *The American Journal of Sociology* 20: 577-612.

- Savage, Mike e Alan Warde. 1993/ 2002. *Sociologia Urbana, Capitalismo e Modernidade*. Oeiras: Celta Editora
- Simmel, Georg. 1900. "A Chapter in the Philosophy of Value." *The American Journal of Sociology* 5:577-603.
- Simmel, Georg. 1903/1997. "A Metrópole e a Vida do Espírito." Pp.31-43 in *Cidade, Cultura e Globalização*, editado por C. Fortuna. Oeiras: Celta.
- Tonkiss, Fran. 2005. *Space, the City and Social Theory. Social Relations and Urban Forms*. Cambridge: Polity Press
- Wirth, Louis. 1938/1997. "O Urbanismo como modo de vida." Pp.45-65 in *Cidade, Cultura e Globalização*, editado por C. Fortuna. Oeiras: Celta.

Outubro de 2007